

## ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA QUANTIQUALITATIVA

Maria Cristina Hennes Sampaio  
(Universidade Federal de Pernambuco, mchennes@hotmail.com.br)

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to demonstrate how a quantiqualitative methodological approach, applied to a discursive corpus, may orientate the construction and the analysis of a discursive/dialogical network relations and answer to relevant questions of a research problem.*

**KEYWORDS:** *quantiqualitative methodological approach; discourse analysis.*

### 1. Introdução

Uma das questões que certamente é objeto de discussão e controvérsia entre analistas do discurso diz respeito à dificuldade em determinar a abordagem de acesso e de tratamento de um *corpus* discursivo que seja pertinente tanto à escolha de um quadro teórico-metodológico quanto aos objetivos do estudo. Nesse sentido, o objetivo de nosso trabalho é discutir uma abordagem metodológica de análise discursiva quantiqualitativa e demonstrar sua aplicação prática em uma amostra de um corpus discursivo.

Nosso desafio é compatibilizar abordagens teórico-metodológicas que nos permitam responder às questões relevantes de um problema, tendo como ponto de partida, para a construção do sentido, o discurso, (e não um saber historicamente elaborado, independentemente do discurso), mas que também nos possibilitem identificar e interpretar os significados das práticas discursivas/sociais dos atores e articulá-las a uma memória discursiva histórica.

Para este fim, os procedimentos de análise foram organizados de forma a contemplar um duplo movimento teórico que articula a organização do espaço discursivo e do tempo/espço social. Parte-se do pressuposto de que as práticas discursivas dos atores, quando analisadas em uma abordagem que enfatiza a historicidade inerente de uma visão intertextual de textos, oferecem os traços e as pistas necessárias à articulação entre uma memória discursiva interna e uma memória discursiva externa e que é através desta última que pode-se apreender a heterogeneidade constitutiva de discursos que circulam em uma dada formação social. A questão de ordem prática que se apresenta de imediato é como, através de que instrumentos e procedimentos pode-se descrever e interpretar essa memória. Nesse sentido, nosso segundo pressuposto é o de que a memória discursiva é constituída de *palavras*, de *enunciados*, de *textos* inscritos na história, o que significa que sua constituição é de natureza lingüística e social. Interessamos-nos, pois, descrevê-la e interpretá-la tanto em relação às suas partes (a palavra, o enunciado, o texto) como em relação ao seu todo (o discurso). Considerando o número de arquivos e a extensão dos seus respectivos *corpora*, optamos por

acessá-los através do método desenvolvido por André Camlong (1996) o qual permite, ao analista, discriminar, medir e descrever as características das populações lexicais<sup>1</sup> recenseadas, conduzindo-nos ao centro de significação da matriz lexical<sup>2</sup>, ao coração da arquitetura textual onde se constitui e se configura o discurso.

A importância desse método para uma análise discursiva consiste no fato do mesmo propiciar um critério científico de tratamento de *corpora* (a estatística paramétrica), que permite, através de uma leitura da descrição do peso da população lexical exaustivamente recenseada, visualizar a *constituição lexical, textual e discursiva* de cada arquivo, compará-la entre arquivos e interpretá-la. O vocabulário descrito através da estatística paramétrica orientou, portanto, o *recorte* de enunciados dos discursos. Isso significa que a seleção desse vocabulário não se dá somente em função de um saber histórico anterior do analista, da necessidade de responder a perguntas sobre seu objeto de estudo, de comprovar ou não a hipótese de seu trabalho, mas que esta foi definida no decorrer da análise do discurso através de uma leitura quantiquantitativa de dados cientificamente descritos. Tal procedimento evita o risco do analista proceder a uma eliminação aleatória de uma população lexical importante e, conseqüentemente, de seus respectivos contextos enunciativos. No estudo em questão, trata-se de textos extraídos dos *corpora* de três arquivos, constituídos em função da posição enunciativa dos atores sociais envolvidos e de uma hipótese de ordem sócio-histórica. A estatística, pois, não trata apenas de dados quantitativos, como costuma-se pensar, mas de dados qualitativos sobre um fundo quantitativo: ela mede as grandezas. Para tanto ela considera o conteúdo real dos léxicos criados e de seus repertórios lexicais recenseados que formam o texto que veicula um discurso. Ela nos fornece, portanto, os procedimentos de cálculo, as regras de validação e as leis de determinação da distribuição (Camlong, 1996).

## 2. Abordagem de estudo do discurso

Nossa proposta de abordagem de estudo do discurso pressupõe duas dimensões: uma micro e uma macro análise, ambas ancoradas sob uma mesma base quantiquantitativa, enquanto estratégias articuladas para mediar a relação que envolve respectivamente as dimensões da prática discursiva e da prática social. Essa dupla abordagem pressupõe procedimentos de descrição – sob essa base quantiquantitativa – que subsidia os procedimentos de interpretação.

A primeira etapa da micro-análise consiste em recortar seqüências lexicais e enunciativas dos *corpora* dos arquivos em sua relação com o espaço do interdiscurso, a partir do processamento estatístico-computacional dos textos pelo método de Camlong (1996). O método estatístico permite descrever, analisar e tornar visíveis as relações que ligam os elementos lexicais, sintático-semânticos na composição dos discursos. Através desses recursos é possível determinar – adotando-se como critério o peso lexical<sup>3</sup> no discurso – diferentes tipos de vocabulário (básico, preferencial, diferencial e particular) dos atores sociais envolvidos, a partir dos quais é feito um primeiro recorte de seus respectivos contextos enunciativos.

Uma vez realizados esses recortes dos três arquivos em questão, a etapa seguinte consiste em descrever as redes de relações dialógicas (formações discursivas) que tais enunciados constroem quando colocados em relação uns com os outros. A dialogicidade entre enunciados, como sugere Amorim (1996), pode se estabelecer independentemente do tempo e do espaço em que eles foram proferidos; tais enunciados, ao se confrontarem, revelam-se dialógicos na convergência de sentidos que os mesmos evocam em relação a um tema<sup>4</sup> ou a um ponto de vista.

Num primeiro momento, são confrontados uma série de enunciados, independentemente do tempo e do espaço em que foram proferidos, procurando-se observar a convergência de temas e as posições enunciativas que os mesmos remetem em relação aos atores sociais.

Num segundo momento, são identificadas e descritas redes de relações dialógicas (formações discursivas) a partir do confronto das posições ocupadas por cada um dos atores em relação aos temas observados. Ao estabelecer-se tais redes de relações, considera-se a palavra, objeto de escolha privilegiada ou de rejeição dos atores sociais – o que pode ser avaliado através da distribuição de seus respectivos pesos lexicais nas variáveis em estudo.

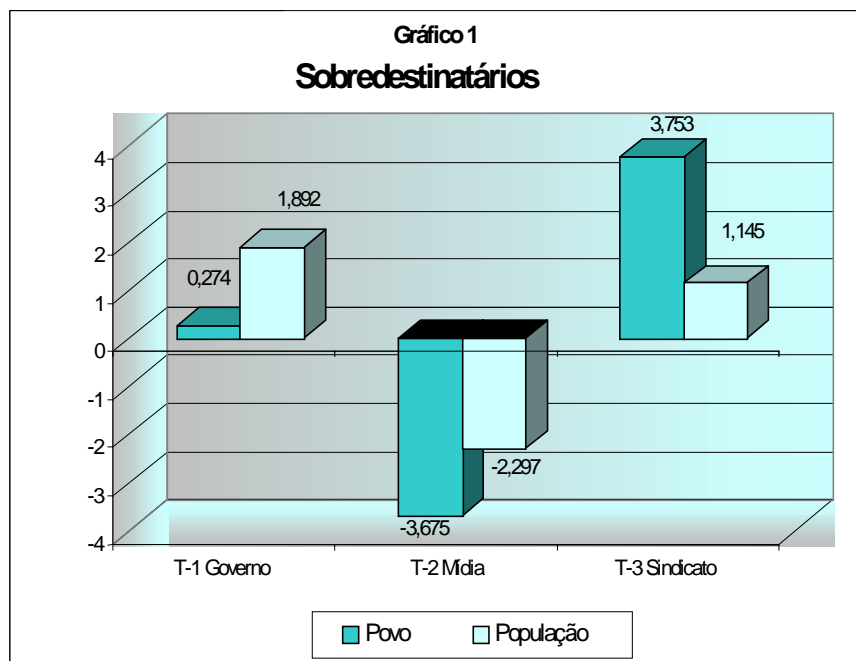
Uma vez descritas as redes de relações dialógicas (formações discursivas), são identificados os sentidos que configuram as práticas discursivas dos atores sociais, desenvolvidos no espaço de uma memória discursiva em uma dada formação social.

As relações interdiscursivas ocorrem, portanto, no confronto de formações discursivas que evocam o seu outro não apenas de uma memória discursiva interna - do querer-dizer de atores sociais no *acontecimento* enunciativo do hoje, do presente, perpassado pelas suas intenções históricas (pequena temporalidade), mas também externa – do *dèjà-dit* que os enunciados proferidos pelos atores sociais evocam de seu lugar no presente, remetendo a sentidos situados no passado, em diferentes tempos (épocas) e espaços, mas também projetando sentidos numa perspectiva de futuro. Trata-se de uma memória discursiva histórica, situada em uma grande temporalidade, onde os sentidos do ontem, do hoje e do amanhã se entrecruzam e se encontram e, ao fazê-lo, produzem infinitamente novos efeitos de sentido.

### 3. Campo de aplicação: práticas discursivas do Estado, da mídia e do sindicato no movimento grevista da educação em Pernambuco (1987-1990)

Analisaremos inicialmente, nas relações dialógicas que se estabelecem no espaço de interlocução de nossos três atores sociais, a presença não de destinatários próximos, concretos, ou seja, aqueles aos quais se endereça um determinado discurso, mas de terceiros, situados acima de todos os outros participantes e que assumem uma compreensão responsiva nos discursos, denominados por Bakhtin (1997) de *sobredestinatários*.

O gráfico 1 ilustra a presença e o peso das palavras *povo*/*população* nos discursos do governo, da mídia e do sindicato.



Nas três variáveis podemos observar a presença das palavras *povo* e *população*. No arquivo institucional do Governo, *povo* faz parte do vocabulário básico, ou seja, aquele de uso comum e que serve de suporte para a construção do texto, sendo que o seu peso, (0,274), é próximo à média “0”; em T2 (Mídia), o seu peso negativo é significativamente alto (-3,675), o que o inclui no vocabulário diferencial, ou seja, aquele objeto de rejeição por parte dos locutores. No arquivo institucional do Sindicato a palavra *povo* aparece como um vocábulo preferencial, ou seja, aquele objeto de escolha privilegiada dos locutores, com peso positivo significativamente alto (3,753). Com relação à palavra *população* esta aparece nos arquivos institucionais do Governo e do Sindicato como vocabulário básico, sendo que em T1 (Governo), no vocabulário fundamentalmente básico e, em T3 (Sindicato), no vocabulário básico com tendência positiva; em T2 (Mídia), a palavra *população* aparece com peso negativo – superior a (-2) – vocabulário diferencial. Procuraremos entender o que esses pesos e tipos diferenciados de vocabulário indicam através de suas contextualizações no discurso, procurando, ao mesmo tempo, analisar o significado de ambas as palavras no espaço de interlocução à luz de sua relação com as categorias Estado e Sociedade. Nessa perspectiva, surgem, de imediato, algumas perguntas: qual o sentido de *povo* e *população* no discurso? Por que ambos são convocados no discurso por nossos atores sociais e que posições enunciativas e papéis ocupam/desempenham respectivamente no espaço de interlocução? Discutiremos estas questões através da análise dos recortes discursivos que transcrevemos abaixo.

APENOPE – OFÍCIO APENOPE / GOVERNADOR DO ESTADO – 3 de dezembro de 1986.

Ao Dr. Miguel Arraes de Alencar  
Governador Eleito por Pernambuco

(...) Precisamos urgentemente de uma educação voltada para a libertação do nosso **povo**, de uma Escola parte integrante da comunidade. Certos de sermos atendidos na nossa solicitação, gostaríamos de parabenizá-lo pela retumbante vitória nas urnas que representa acima de tudo a esperança do **povo** pernambucano, na sua maioria desejosos por mudanças efetivas. (1)

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO:  
NOTA À IMPRENSA .

(...) O Governo de Pernambuco foi eleito pelo **povo** para governar e não para conceder aumentos salariais de forma irresponsável. Tenho afirmado que o nosso objetivo é o atendimento das necessidades reais da **população**, entre as quais se inscreve com destaque o direito à educação. (...)  
DP, 7 de abril de 1987:A-3. (2)

(...)“O sr. Miguel-Arraes insiste em que a greve não tem só o seu fator econômico, mas, também, um componente político, a partir de um novo relacionamento do Governo com os professores. O compromisso do governo é com a melhoria das condições de vida do **povo** pernambucano como um todo e do Estado, em particular, na sua situação econômica”, explicou o secretário. Ressaltou que “estamos tendo um relacionamento de abertura com os professores. Um relacionamento que nunca houve. Agora, não se pode admitir a continuação de um malfício desse para o Estado. O Governo ficará com a **população**, se for o caso de fazer a opção”. ( “Professor só poderá ter aumento com quadro menor”)(...) Declaração do Secretário da Imprensa do Governo Arraes, Ricardo Leitão. DP, 21 de abril de 1987, A-5 ) (3)

APENOPE - OFÍCIO APENOPE No. 137/ 4 de Dezembro de 1987  
À Secretária da educação do estado de Pernambuco

(...) Não basta o argumento já desgastado de que a eleição do governador com uma margem significativa de votos, lhe confira o respaldo e a legitimidade que precise para governar. Não podemos caracterizar como **popular**, um governo onde o **povo** e o movimento organizado são apenas consultados para opinar, ficando subtraído do direito coletivo e essencial de decidir.(...) (4)

APENOPE - OFÍCIO APENOPE No. 154 / 15 de Outubro 1987  
Ao excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco  
Excelência:

O Governo liderado por V. Ex.<sup>a</sup> tem passado por cima de compromissos assumidos com os servidores, em especial com a categoria dos Professores e conseqüentemente com a **população**. Compromissos estes firmados durante a nossa última greve que, além de constarem em documentos por representantes do governo, constam também em “nota ofi-

cial” endereçada à *população* e aos Servidores Públicos no dia 20 de maio, onde diz textualmente: “Formação imediata de uma comissão dos Servidores, através de suas entidades representativas, para ter acesso à evolução da receita estadual, junto à Secretaria da Fazenda”. “Implantação imediata de uma comissão dos Servidores, através de suas entidades representativas, para discutir e encaminhar o recadastramento e a reclassificação do funcionalismo.(...)(5)

A quem exatamente os nossos locutores se referem quando dirigem seus discursos ao *povo*? Quem é o *povo*? Trata-se de uma categoria conceitual que dá margem a configuração de inúmeras representações sociais, dando-nos a impressão (ou ilusão) de entes sociais que pairam acima de homens e mulheres comuns, concretos (a população) e que no discurso de nossos atores sociais assumem o papel de uma espécie de juiz que arbitra a consciência de governantes e governados, como se o fizesse de algum lugar na história. É em nome do povo, de seus interesses e de suas necessidades que a organização sindical dos trabalhadores em educação deposita suas esperanças no novo governo que se instala em Pernambuco e é também em seu nome que evoca sua libertação - numa alusão messiânica à volta de Miguel Arraes pela segunda vez ao poder em Pernambuco (exemplo 1). Por outro lado, é em nome do *povo* que lhe concedeu legitimidade para governar que o governo eleito de Miguel Arraes justifica, através de suas práticas discursivas, suas ações político-econômicas (exemplo 2). Em outras palavras, é ao *povo* que o elegeu que o Governo Arraes precisa prestar contas de suas ações. Mesmo que a maioria do *povo* não se reconheça na atuação política dos governos, como diz Octavio Ianni (1994), numa crítica ao que chama de divórcio entre a sociedade e o poder público - o que fica bem caracterizado na posição de compreensão responsiva assumida pelo sindicato, em dezembro de 1987, nove meses após a posse de Arraes no Governo do Estado: a de que a participação do *povo* e do movimento organizado fica restrita a uma instância consultiva, mas não decisória nos governos (exemplos 4 e 5). Isso talvez explique o fato de que, não obstante a evocação do *povo* nos discursos governamentais contidos tanto nos arquivos institucionais do governo quanto da mídia, o peso dessa palavra, no cômputo geral do discurso governamental é pouco representativo. Trata-se de um vocábulo de emprego comum na composição geral do discurso institucional governamental. Paradoxal é a compreensão responsiva de nossos atores sociais (exemplo 4) em relação à categoria povo à qual subjaz a idéia de *democracia representativa*: o *povo* tem representatividade para decidir a eleição que elege os governantes, mas não goza da mesma representatividade para participar das decisões acerca de seu próprio destino.

Observa-se, portanto, que a produção de práticas discursivas, pelo Sindicato, reivindicando os direitos de participação dos trabalhadores em educação naquelas decisões governamentais que diziam respeito a seus interesses de classe, representou um esforço para politizar o espaço de produção, tanto do ponto de vista simbólico, através de uma ampliação da compreensão responsiva da categoria acerca do significado da *democracia*, como prático, em direção a uma transformação das relações sociais de base política entre Estado e trabalhadores no que diz respeito à possibilidade de uma *participação efetiva na gestão governamental*. Da parte do Governo, observou-se um esforço contrário, no sentido de

despolitizar o espaço de produção de discursos, ao desconsiderar a proposta de discussão do Sindicato de uma maior participação no processo de gestão administrativa, para fechar questão em torno do argumento da legitimidade de um poder eleito para decidir. Ainda que às práticas discursivas que os trabalhadores opuseram às práticas discursivas do Governo, e vice-versa, não correspondessem mudanças concretas em suas relações político-econômicas, o fato é que, ao evocarem um discurso *progressista e a favor das causas populares*, situado numa memória discursiva histórica – memória essa sempre tão enfatizada por Arraes em seus discursos políticos durante sua campanha eleitoral de 1986 para o Governo do Estado – os trabalhadores em educação colocaram em evidência não apenas as contradições entre as práticas discursivas de seu primeiro (1963) e segundo (1987) governos e suas práticas sociais, mas também o uso ideológico populista da categoria histórica *povo* bem como seus efeitos de sentido no embate dialógico das práticas discursivas de ambos os atores: a compreensão contraditória do princípio da democracia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. *Dialogisme et Altérité dans les Sciences Humaines*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CAMLONG, A. *Méthode d'analyse textuelle et discursive*. Paris: Ophrys, 1996.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.
- MAINGUENEAU, D. *Les termes clés d'analyse du discours*. Paris, Seuil, 1996.

#### NOTAS

---

<sup>1</sup> A população lexical refere-se aos vocábulos recenseados do *corpus* por ordem alfabética e por ordem de frequência.

<sup>2</sup> A matriz refere-se a um formato retangular fixo das tabelas onde figuram os dados sobre a distribuição da frequência e do peso da população lexical, arranjados em linhas e colônias.

<sup>3</sup> O peso remete à qualidade da distribuição lexical nas variáveis, ou seja, a força do emprego de uma palavra em função de seu peso lexical. O peso reflete, pois, a qualidade do léxico do qual depende a elaboração do texto e do discurso (CAMLONG, 1996).

<sup>4</sup> *Tema* é utilizado aqui no sentido de *aquilo sobre o que se fala*. Para Maingueneau (1996, op. cit., p. 84), “Como cada grupo de frases que formam uma unidade semântica é associável a um *tema*, um texto comporta múltiplos *temas* em múltiplos níveis (...). [...] Determinar qual é o *tema* de um texto permite ao co-enunciador interpretá-lo, ao ultrapassar suas eventuais lacunas e ao não retê-las, verificar se há outros sentidos possíveis além daquele que é compatível com esse *tema*.”